

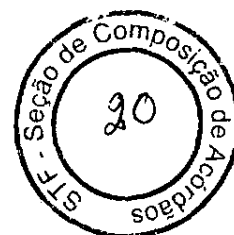
*Supremo Tribunal Federal*  
 Coordenadoria de Análise de Jurisprudência  
 DJe nº 80 Divulgação 29/04/2011 Publicação 02/05/2011  
 Ementário nº 2512 - 1

07/10/2010

PLENÁRIO

## OITAVA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REU(É)(S)	: JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA
REU(É)(S)	: JOSÉ GENOÍNO NETO
ADV.(A/S)	: SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES
ADV.(A/S)	: GABRIELLA FREGNI
ADV.(A/S)	: MARINA LOPES DA CRUZ
ADV.(A/S)	: GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO
REU(É)(S)	: DELÚBIO SOARES DE CASTRO
ADV.(A/S)	: CELSO SANCHEZ VILARDI
REU(É)(S)	: SÍLVIO JOSÉ PEREIRA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ
REU(É)(S)	: MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA
ADV.(A/S)	: MARCELO LEONARDO
REU(É)(S)	: RAMON HOLLERBACH CARDOSO
ADV.(A/S)	: HERMES VILCHEZ GUERRERO
REU(É)(S)	: CRISTIANO DE MELLO PAZ
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	: CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO
ADV.(A/S)	: IZABELLA ARTUR COSTA
REU(É)(S)	: ROGÉRIO LANZA TOLENTINO
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
REU(É)(S)	: SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS
ADV.(A/S)	: LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY
ADV.(A/S)	: DANIELA VILLANI BONACCORSI
REU(É)(S)	: GEIZA DIAS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
REU(É)(S)	: KÁTIA RABELLO
ADV.(A/S)	: THEODOMIRO DIAS NETO
REU(É)(S)	: JOSE ROBERTO SALGADO



*Supremo Tribunal Federal***AP 470 QO-OITAVA / MG**

ADV.(A/S)	: RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO
REU(É)(S)	: VINÍCIUS SAMARANE
ADV.(A/S)	: JOSÉ CARLOS DIAS
REU(É)(S)	: AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
REU(É)(S)	: JOÃO PAULO CUNHA
ADV.(A/S)	: ALBERTO ZACHARIAS TORON
REU(É)(S)	: LUIZ GUSHIKEN
ADV.(A/S)	: JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO
REU(É)(S)	: HENRIQUE PIZZOLATO
ADV.(A/S)	: MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
REU(É)(S)	: PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
REU(É)(S)	: JOSE MOHAMED JANENE
ADV.(A/S)	: MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
REU(É)(S)	: PEDRO HENRY NETO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
REU(É)(S)	: JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
ADV.(A/S)	: MARCO ANTONIO MENEGHETTI
REU(É)(S)	: ENIVALDO QUADRADO
ADV.(A/S)	: PRISCILA CORRÊA GIOIA
REU(É)(S)	: BRENO FISCHBERG
ADV.(A/S)	: LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
REU(É)(S)	: CARLOS ALBERTO QUAGLIA
ADV.(A/S)	: DAGOBERTO ANTORIA DUFU
REU(É)(S)	: VALDEMAR COSTA NETO
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
REU(É)(S)	: JACINTO DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA
REU(É)(S)	: ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA
REU(É)(S)	: CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BIPO RODRIGUES)
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
REU(É)(S)	: ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV.(A/S)	: LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
REU(É)(S)	: EMERSON ELOY PALMIERI
ADV.(A/S)	: ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS

*Supremo Tribunal Federal*

AP 470 QO-OITAVA / MG

Adv.(A/s)	:HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA
REU(É)(s)	:ROMEU FERREIRA QUEIROZ
Adv.(A/s)	:JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
REU(É)(s)	:JOSÉ RODRIGUES BORBA
Adv.(A/s)	:INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
REU(É)(s)	:PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
Adv.(A/s)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
Adv.(A/s)	:DESIRÉE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
Adv.(A/s)	:JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
REU(É)(s)	:ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
Adv.(A/s)	:LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELES MOTA
REU(É)(s)	:LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
Adv.(A/s)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
REU(É)(s)	:JOÃO MAGNO DE MOURA
Adv.(A/s)	:OLINTO CAMPOS VIEIRA
REU(É)(s)	:ANDERSON ADAUTO PEREIRA
Adv.(A/s)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
REU(É)(s)	:JOSÉ LUIZ ALVES
Adv.(A/s)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
REU(É)(s)	:JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
Adv.(A/s)	:TALES CASTELO BRANCO
REU(É)(s)	:ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
Adv.(A/s)	:TALES CASTELO BRANCO

**EMENTA:** QUESTÃO DE ORDEM. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. LEI 11.719/2008. PEDIDO DE NOVO INTERROGATÓRIO. ESPECIALIDADE DA LEI 8.038/1990, CUJOS DISPOSITIVOS NÃO FORAM ALTERADOS. INDEFERIMENTO.

A Lei 8.038/1990 é especial em relação ao Código de Processo Penal, alterado pela Lei 11.719/2008. Por conseguinte, as disposições do CPP aplicam-se aos feitos sujeitos ao procedimento previsto na Lei 8.038/1990 apenas subsidiariamente, somente “no que for aplicável” ou “no que couber.

Daí por que a modificação legislativa referida pelos acusados em

*Supremo Tribunal Federal*

AP 470 QO-OITAVA / MG

nada altera o procedimento até então observado, uma vez que a fase processual em que deve ocorrer o interrogatório continua expressamente prescrita no art. 7º Lei 8.038/1990, o qual prevê tal ato processual como a próxima etapa depois do recebimento da denúncia (ou queixa).

Questão de ordem resolvida no sentido do **indeferimento** da petição de fls. 40.151-40.161.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em resolver a questão de ordem no sentido de indeferir o pedido de renovação de interrogatório, nos termos do voto do relator.

Brasília, 07 de outubro de 2010.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Relator

*Documento assinado digitalmente*

07/10/2010

PLENÁRIO

**OITAVA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS**

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REU(É)(S)	: JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA
REU(É)(S)	: JOSÉ GENOÍNO NETO
ADV.(A/S)	: SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES
ADV.(A/S)	: GABRIELLA FREGNI
ADV.(A/S)	: MARINA LOPES DA CRUZ
ADV.(A/S)	: GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO
REU(É)(S)	: DELÚBIO SOARES DE CASTRO
ADV.(A/S)	: CELSO SANCHEZ VILARDI
REU(É)(S)	: SÍLVIO JOSÉ PEREIRA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ
REU(É)(S)	: MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA
ADV.(A/S)	: MARCELO LEONARDO
REU(É)(S)	: RAMON HOLLERBACH CARDOSO
ADV.(A/S)	: HERMES VILCHEZ GUERRERO
REU(É)(S)	: CRISTIANO DE MELLO PAZ
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	: CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO
ADV.(A/S)	: IZABELLA ARTUR COSTA
REU(É)(S)	: ROGÉRIO LANZA TOLENTINO
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
REU(É)(S)	: SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS
ADV.(A/S)	: LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY
ADV.(A/S)	: DANIELA VILLANI BONACCORSI
REU(É)(S)	: GEIZA DIAS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
REU(É)(S)	: KÁTIA RABELLO
ADV.(A/S)	: THEODOMIRO DIAS NETO
REU(É)(S)	: JOSE ROBERTO SALGADO

*Supremo Tribunal Federal***AP 470 QO-OITAVA / MG**

Adv.(A/s)	:RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO
REU(É)(s)	:VINÍCIUS SAMARANE
Adv.(A/s)	:JOSÉ CARLOS DIAS
REU(É)(s)	:AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS
Adv.(A/s)	:ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
REU(É)(s)	:JOÃO PAULO CUNHA
Adv.(A/s)	:ALBERTO ZACHARIAS TORON
REU(É)(s)	:LUIZ GUSHIKEN
Adv.(A/s)	:JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO
REU(É)(s)	:HENRIQUE PIZZOLATO
Adv.(A/s)	:MARTHUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
REU(É)(s)	:PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO
Adv.(A/s)	:EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
REU(É)(s)	:JOSE MOHAMED JANENE
Adv.(A/s)	:MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
REU(É)(s)	:PEDRO HENRY NETO
Adv.(A/s)	:JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
REU(É)(s)	:JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
Adv.(A/s)	:MARCO ANTONIO MENEGHETTI
REU(É)(s)	:ENIVALDO QUADRADO
Adv.(A/s)	:PRISCILA CORRÊA GIOIA
REU(É)(s)	:BRENO FISCHBERG
Adv.(A/s)	:LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
REU(É)(s)	:CARLOS ALBERTO QUAGLIA
Adv.(A/s)	:DAGOBERTO ANTORIA DUFU
REU(É)(s)	:VALDEMAR COSTA NETO
Adv.(A/s)	:MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
REU(É)(s)	:JACINTO DE SOUZA LAMAS
Adv.(A/s)	:DÉLIO LINS E SILVA
REU(É)(s)	:ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
Adv.(A/s)	:DÉLIO LINS E SILVA
REU(É)(s)	:CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)
Adv.(A/s)	:MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
REU(É)(s)	:ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
Adv.(A/s)	:LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
REU(É)(s)	:EMERSON ELOY PALMIERI
Adv.(A/s)	:ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS

*Supremo Tribunal Federal***AP 470 QO-OITAVA / MG**

ADV.(A/S)	: HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA
REU(É)(S)	: ROMEU FERREIRA QUEIROZ
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
REU(É)(S)	: JOSÉ RODRIGUES BORBA
ADV.(A/S)	: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
REU(É)(S)	: PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
ADV.(A/S)	: MÁRCIO LUIZ DA SILVA
ADV.(A/S)	: DESIRÉE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
ADV.(A/S)	: JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
REU(É)(S)	: ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
ADV.(A/S)	: LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELES MOTA
REU(É)(S)	: LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
ADV.(A/S)	: MÁRCIO LUIZ DA SILVA
REU(É)(S)	: JOÃO MAGNO DE MOURA
ADV.(A/S)	: OLINTO CAMPOS VIEIRA
REU(É)(S)	: ANDERSON ADAUTO PEREIRA
ADV.(A/S)	: ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
REU(É)(S)	: JOSÉ LUIZ ALVES
ADV.(A/S)	: ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
REU(É)(S)	: JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
ADV.(A/S)	: TALES CASTELO BRANCO
REU(É)(S)	: ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
ADV.(A/S)	: TALES CASTELO BRANCO

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):** Trago a julgamento questão de ordem (a nona, na presente ação penal) relativa à petição de fls. 40.151-40.161, na qual os réus **Breno Fischberg e Enivaldo Quadrado** pedem a “realização de novo interrogatório judicial”.

**AP 470 QO-OITAVA / MG**

Para tanto, alegam, em síntese, que a Lei 11.719/2008 deu nova redação ao art. 400 do CPP, passando a prever o interrogatório do acusado como “o último ato da instrução” (fls. 40.157). Por essa razão, segundo os denunciados, “ainda que o acusado já tenha sido interrogado, nessa fase de transição da lei processual, imperioso se faz dar aos acusados oportunidade para a realização de novo interrogatório” (fls. 40.157).

É o relatório.



07/10/2010

PLENÁRIO

OITAVA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):** A Lei 11.719/2008 – conforme se extrai tanto do seu cabeçalho, quanto da leitura dos seus dispositivos – alterou apenas o Código de Processo Penal, isto é, o Decreto-Lei 3.689/1941.

Ocorre que o presente feito segue o procedimento previsto na Lei 8.038/1990, que institui normas procedimentais **específicas** para os processos de competência do Supremo Tribunal Federal, tratando o Capítulo I do Título I justamente da ação penal originária (arts. 1º a 12).

Como é elementar, a Lei 8.038/1990, por ser especial em relação ao CPP, prevalece sobre este, de acordo com o critério da especialidade, estabelecido no art. 2º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

O Código de Processo Penal e a legislação posterior que lhe alterou são aplicados apenas subsidiariamente ao caso ou, nos termos dos arts. 2º e 9º da Lei 8.038/1990, somente “no que for aplicável” ou “no que couber.

Por conseguinte, a modificação legislativa referida pelos acusados em nada altera o procedimento até então observado, uma vez que a fase processual em que deve ocorrer o interrogatório continua expressamente prescrita no art. 7º Lei 8.038/1990, o qual prevê tal ato processual como a próxima etapa depois do recebimento da denúncia (ou queixa).

Por essas razões, voto pelo **indeferimento do pedido** constante da petição de fls. 40.151-40.161.

É como voto.

**07/10/2010****PLENÁRIO****OITAVA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, quando praticados os atos, já estava em vigor esse novo diploma prevendo ordem específica de oitiva?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - O diploma é de 2008. Eu não tenho aqui, mas, provavelmente, a denúncia foi recebida em agosto de 2007.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Vossa Excelência evoca o artigo 7º da Lei nº 8.038/90?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Esta é a discussão: se a lei nova se aplicaria ao procedimento dos tribunais.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Na Ação Penal nº 527, de que sou Relator, eu deparei com esse pedido.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - São questões diferentes que precisam ser resolvidas.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Eu anotei que, realmente, a lei é especial, que se aplica o rito da ação penal originária, mas eu deferi o pedido. Eu anotei nos seguintes termos:

"Relativamente ao pleiteado reinterrogatório do réu, observo que, a despeito do estabelecido no art. 400 do CPP, como salientado pelo Ministério Público Federal, não se aplicar o rito comum estabelecido no Código de Processo Penal às ações penais originárias, cujo rito procedimental encontra-se estabelecido em legislação especial não revogada nem alterada (Lei nº 8.038/90), entendo que o reinterrogatório, nesta fase, embora não exigível, evitará possíveis questionamentos em Plenário quanto à possibilidade de efetivo exercício do pleno contraditório e da ampla defesa por parte do acusado, razão

**AP 470 QO-OITAVA / MG**

pela qual defiro o requerimento da defesa."

Quando eu me manifestei, não havia precedente do Plenário. Eu, a princípio, Senhor Presidente, penso que até no rito das diligências é possível que o acusado tente a sua autotutela, a sua autodefesa.

E, por isso, eu peço vênica ao eminente Relator para deferir os pedidos.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - É que, no caso, já houve o interrogatório.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Já houve o interrogatório?

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - Já houve, mas não só por isso. Eu entendo que esta Lei não se aplica aos processos dos tribunais, a não ser no que couber.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** - Houve, mas já estava, penso - foi a pergunta que fiz -, em vigor a nova regra.

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - Essa nova Lei que alterou o Código de Processo Penal não se aplica ao procedimento observado nesta Corte, no STJ...

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** -  
Aparente.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** - Ministro Celso de Mello (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), Vossa Excelência me permite? O pedido é único.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Mas, neste caso aqui, o interrogatório foi realizado. A aplicarmos o novo procedimento a todos os processos pendentes...

AP 470 QO-OITAVA / MG

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, o pedido é único. Não se pleiteia a insubsistência da prova já coligida. O que se pretende é que seja novamente, diante dessa prova, ouvido o acusado, declarando-se, portanto, a insubsistência do interrogatório anterior. Não é isso?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Senhor Presidente, eu estou aguardando a informação, mas, de qualquer maneira, eu peço vênica ao Ministro Celso de Mello, se há uma lei que prevê o interrogatório num determinado momento processual e essa lei é específica aos processos que tramitam nesta Corte, deve-se aplicar essa lei.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Cujo rito é mais benéfico. Não é?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - É, inclusive por isso.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Mas o interrogatório foi realizado de acordo com a Lei anterior que estava em vigor?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Pois, foi. A denúncia foi recebida em agosto de 2007. Eu não tenho aqui a data. Estou pedindo a minha assessoria para verificar isso. Mas, provavelmente, esse interrogatório se encerrou no início de 2008, e a Lei é de julho de 2008.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Vossa Excelência não quer mesclar os dois regimes?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Não, não. Não quero mesclar. Eu entendo que se aplica a Lei nº 8.038 e, no que couber, ou seja, no que ela não dispuser, aplica-se o Código de Processo Penal. É o que está dito nela, na Lei, subsidiariamente.

07/10/2010

PLENÁRIO

OITAVA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** - Senhor Presidente, sem querer por ora tecer maiores considerações sobre o tema, se a lei especial prevalece, no caso, sobre o Código de Processo Penal alterado, em princípio, eu estaria acompanhando o eminente Ministro Joaquim Barbosa. Eu ainda não decidi nenhum caso concreto, mas, na situação sob análise, eu vejo que o réu já foi interrogado com todos os direitos e garantias.

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - O importante é o Plenário fixar uma decisão definitiva sobre isso, porque ela se aplicará a outros processos em tramitação.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – É que, à época em que implementado o interrogatório, já havia a nova disciplina.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO:** Parece-me que ela ainda não havia sido editada.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Se não havia, cessa tudo, porque norma processual tem aplicação imediata, a partir da vigência, apanhando, assim, apenas os atos que devam ser praticados.

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - Presidente, vamos suspender por alguns minutos, enquanto a minha assessoria apura esse fato.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Então cessa tudo, Presidente.

**AP 470 QO-OITAVA / MG**

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO:** Parece-me que o Ministro Relator havia dito que o interrogatório ocorrera em 2007, sendo certo que a lei sobreveio apenas em 2008.

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - Em julho de 2008, com vigência em agosto de 2008.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO:** Sim. E o interrogatório?

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - É isso que eu estou apurando.

Vossa Excelência poderia suspender por alguns minutos e passarmos ao outro agravo regimental.

07/10/2010

PLENÁRIO

**OITAVA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS****O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)**

-Extraio uma decisão minha constante dos autos da Ação Penal nº 470.

"Expeçam-se as competentes cartas de ordem, para oitiva das testemunhas arroladas na denúncia. Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 23 de Junho de 2008."

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Quer dizer, já tinha começado a fase de inquirição das testemunhas e, portanto, realizados todos os interrogatórios.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – A premissa é essa: quando veio o novo regramento, ele já tinha sido interrogado.

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - Todos já tinham sido interrogados. Mas eu insisto na tese de aplicação da Lei nº 8.038.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Aplicação da lei que estava em vigor à época ao ato praticado, sob a minha óptica, já que admito haver a lei nova derogado a Lei nº 8.038/90.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Lei de autoria do deputado Gustavo Fruet.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Sim, Ministro, e, à época da Lei nº 8.038/90, a ordem natural era essa. E foi alterada.

AP 470 QO-OITAVA / MG

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - O que eu ia sugerir: há muitos feitos de competência originária em andamento, de modo que qualquer um dos relatores que ainda não determinaram a realização do inquérito pode trazer, antes do organização do interrogatório, uma questão de ordem no Plenário nesse sentido.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - E, se o interrogatório vai obedecer à lei especial ou se vai ser deslocado ao final da instrução.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** - E, de início, o discrímen não é aceitável. Só pelo fato de o tribunal ser competente não se observará algo que diz respeito ao direito de defesa?

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - Não vamos nos limitar ao caso concreto.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Vossa Excelência está de acordo? Neste caso, já foi realizado.

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - De acordo.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Neste caso, já houve interrogatório. Mas, no futuro, sugiro que se faça o interrogatório ao final, e não que se aplique a Lei 8.038.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** - Isso já seria um grande avanço.



**AP 470 QO-OITAVA / MG**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Já houve interrogatório, e, à época, estava em vigor a lei anterior, isso que importa.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

De qualquer sorte, Senhor Presidente, eu monocraticamente tenho aplicado a possibilidade do interrogatório. Sempre defendi a tese, enquanto estava na advocacia, de que o interrogatório é um direito de defesa e que, portanto, deve ser feito sempre ao final do processo, independentemente de lei, independentemente da previsão legal, como o eminente Ministro Celso de Mello fundamentou em relação ao Código Eleitoral. Só gostaria de lembrar também o artigo 196 do CPP, que faculta ao juiz, a qualquer tempo, deferir pedido fundamentado de novo interrogatório.

Mas, de qualquer sorte, ajusto aqui a minha posição no sentido de que, para os próximos casos em ação originária em que ainda não tenha havido interrogatório, que esse se faça ao final do processo.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Mas isso não foi decidido ainda.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Pois não. Mas, Senhor Presidente, creio que nós decidimos hoje que aqueles interrogatórios, feitos sob a égide da legislação anterior, são válidos, não se renovará o ato.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Suscitar uma questão de ordem quanto aos processos novos.

**PLENÁRIO****EXTRATO DE ATA****OITAVA QUEST. ORD. EM AÇÃO PENAL 470**

PROCED.: MINAS GERAIS

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

REVISOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

AUTOR(A/S) (ES): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC. (A/S) (ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REU(É) (S): JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

ADV. (A/S): JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA

REU(É) (S): JOSÉ GENOÍNO NETO

ADV. (A/S): SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES

ADV. (A/S): GABRIELLA FREGNI

ADV. (A/S): MARINA LOPES DA CRUZ

ADV. (A/S): GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO

REU(É) (S): DELÚBIO SOARES DE CASTRO

ADV. (A/S): CELSO SANCHEZ VILARDI

REU(É) (S): SÍLVIO JOSÉ PEREIRA

ADV. (A/S): GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ

REU(É) (S): MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA

ADV. (A/S): MARCELO LEONARDO

REU(É) (S): RAMON HOLLERBACH CARDOSO

ADV. (A/S): HERMES VILCHEZ GUERRERO

REU(É) (S): CRISTIANO DE MELLO PAZ

ADV. (A/S): CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO

ADV. (A/S): JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO

ADV. (A/S): CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES

ADV. (A/S): CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO

ADV. (A/S): IZABELLA ARTUR COSTA

REU(É) (S): ROGÉRIO LANZA TOLENTINO

ADV. (A/S): PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA

REU(É) (S): SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS

ADV. (A/S): LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY

ADV. (A/S): DANIELA VILLANI BONACCORSI

REU(É) (S): GEIZA DIAS DOS SANTOS

ADV. (A/S): PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA

REU(É) (S): KÁTIA RABELLO

ADV. (A/S): THEODOMIRO DIAS NETO

REU(É) (S): JOSE ROBERTO SALGADO

ADV. (A/S): RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO

REU(É) (S): VINÍCIUS SAMARANE

ADV. (A/S): JOSÉ CARLOS DIAS

REU(É) (S): AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS

ADV. (A/S): ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA  
REU(É) (S): JOÃO PAULO CUNHA  
ADV. (A/S): ALBERTO ZACHARIAS TORON  
REU(É) (S): LUIZ GUSHIKEN  
ADV. (A/S): JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO  
REU(É) (S): HENRIQUE PIZZOLATO  
ADV. (A/S): MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO  
REU(É) (S): PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO  
ADV. (A/S): EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO  
REU(É) (S): JOSE MOHAMED JANENE  
ADV. (A/S): MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA  
REU(É) (S): PEDRO HENRY NETO  
ADV. (A/S): JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES  
REU(É) (S): JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU  
ADV. (A/S): MARCO ANTONIO MENEGHETTI  
REU(É) (S): ENIVALDO QUADRADO  
ADV. (A/S): PRISCILA CORRÊA GIOIA  
REU(É) (S): BRENO FISCHBERG  
ADV. (A/S): LEONARDO MAGALHÃES AVELAR  
REU(É) (S): CARLOS ALBERTO QUAGLIA  
ADV. (A/S): DAGOBERTO ANTORIA DUFau  
REU(É) (S): VALDEMAR COSTA NETO  
ADV. (A/S): MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA  
REU(É) (S): JACINTO DE SOUZA LAMAS  
ADV. (A/S): DÉLIO LINS E SILVA  
REU(É) (S): ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS  
ADV. (A/S): DÉLIO LINS E SILVA  
REU(É) (S): CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)  
ADV. (A/S): MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA  
REU(É) (S): ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO  
ADV. (A/S): LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA  
REU(É) (S): EMERSON ELOY PALMIERI  
ADV. (A/S): ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS  
ADV. (A/S): HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA  
REU(É) (S): ROMEU FERREIRA QUEIROZ  
ADV. (A/S): JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO  
REU(É) (S): JOSÉ RODRIGUES BORBA  
ADV. (A/S): INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO  
REU(É) (S): PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA  
ADV. (A/S): MÁRCIO LUIZ DA SILVA  
ADV. (A/S): DESIRÊE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES  
ADV. (A/S): JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO  
REU(É) (S): ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA  
ADV. (A/S): LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESMA MOTA  
REU(É) (S): LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)  
ADV. (A/S): MÁRCIO LUIZ DA SILVA  
REU(É) (S): JOÃO MAGNO DE MOURA

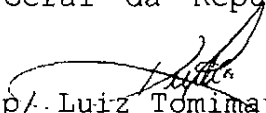


ADV.(A/S): OLINTO CAMPOS VIEIRA  
REU(É)(S): ANDERSON ADAUTO PEREIRA  
ADV.(A/S): ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO  
REU(É)(S): JOSÉ LUIZ ALVES  
ADV.(A/S): ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO  
REU(É)(S): JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)  
ADV.(A/S): TALES CASTELO BRANCO  
REU(É)(S): ZILMAR FERNANDES SILVEIRA  
ADV.(A/S): TALES CASTELO BRANCO

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, resolveu a questão de ordem no sentido de indeferir o pedido de renovação de interrogatório. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 07.10.2010..

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso.  
Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

  
p/. Luiz Tomimatsu  
Secretário